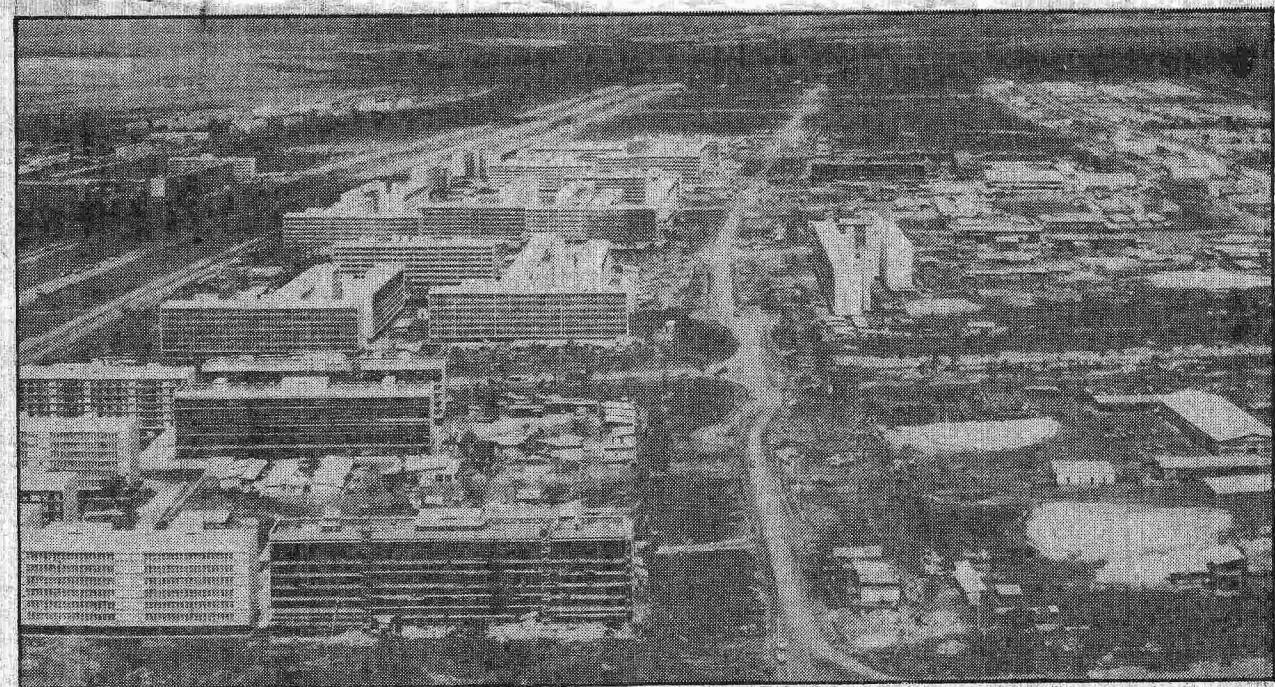
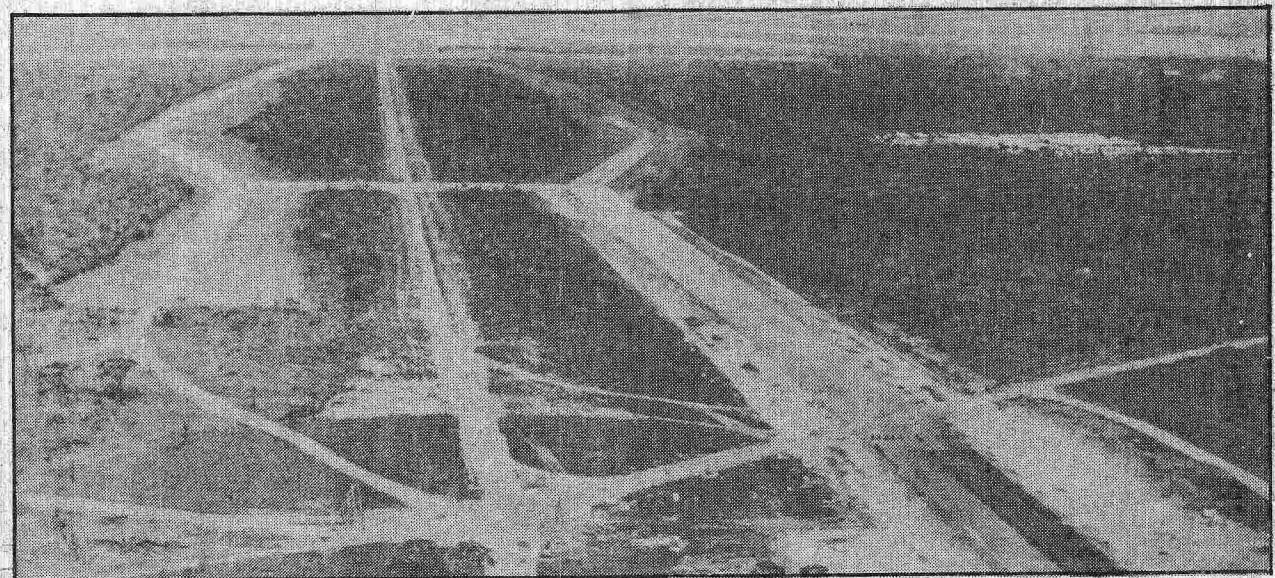
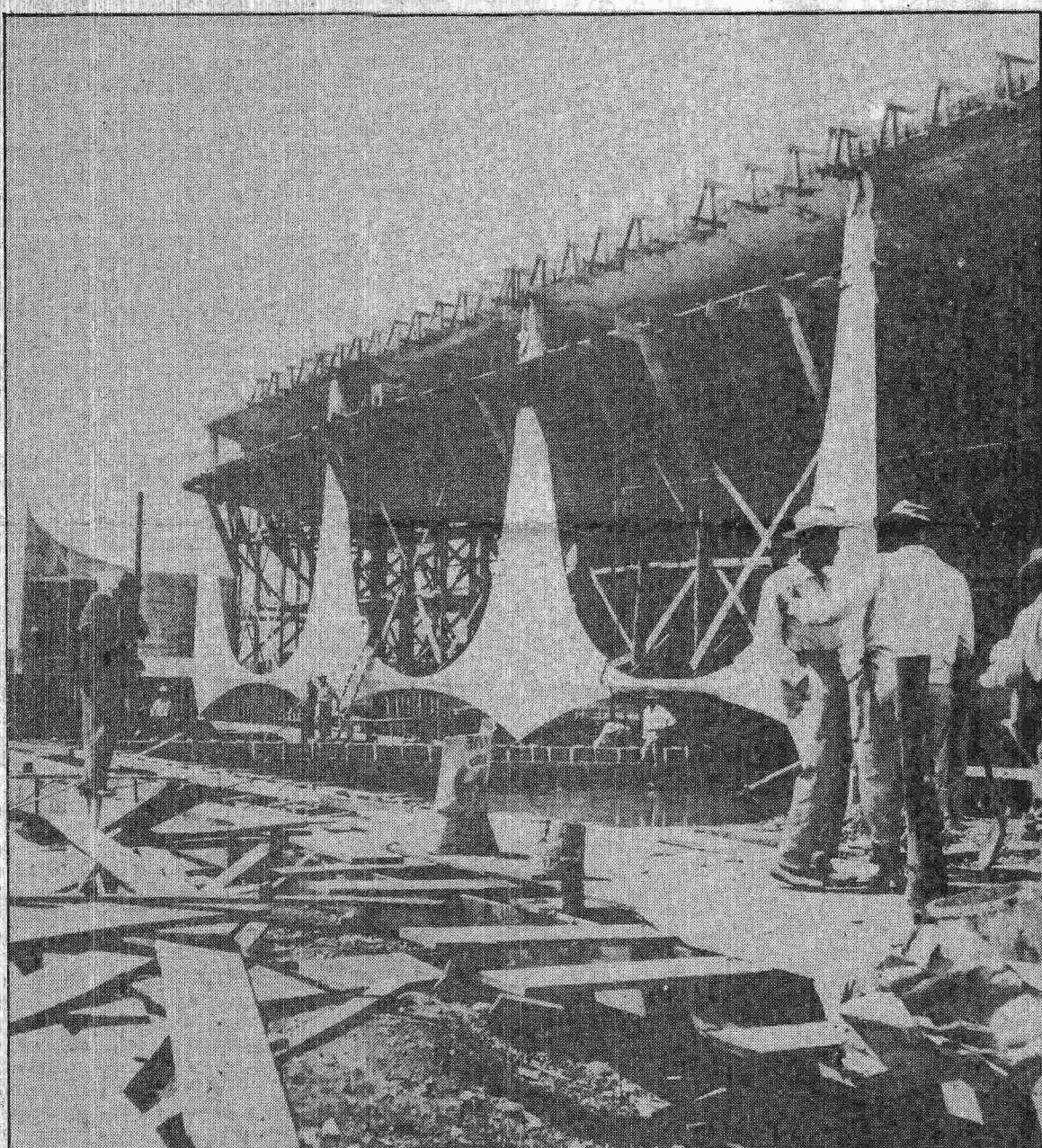


Márcio Di Prado



Do ponto mais alto do Eixo Monumental, a estátua de JK contemplará a antiga solidão do Planalto Central, hoje transformada em fonte das mais importantes decisões do país, como previu o criador da cidade

A última batalha de JK

No final de agosto passado, o Memorial JK sofreu uma tentativa de embargo. Setores identificados como representantes da linha dura fizeram pressões sobre o governo do Distrito Federal para que não permitisse a inauguração da obra. Alegavam esses setores - e isso foi transmitido ao governador Aimé Lamaison - que o monumento principal do Memorial, a haste de concreto que suporta a estátua de Juscelino Kubitschek, lembrava o símbolo do comunismo internacional, a foice e o martelo. A primeira reação foi de surpresa e perplexidade.

Surpreendente ante o inusitado da comparação, perplexidade pela constatação de que, tantos anos depois, uma homenagem ao fundador de Brasília ainda pudesse despertar velhos ressentimentos. De um ridículo atroz, a comparação mesmo assim ganhou as ruas e a pressão sobre as autoridades locais fez-se mais intensa. Exigia-se, não se sabe em nome de que princípios, uma alteração do projeto já concluído, produto da inspiração do arquiteto Oscar Niemeyer, responsável por tantos outros projetos de Brasília, alguns dos mais localizados no Setor Militar Urbano.

As pressões, no entanto, encontraram resistência. Na população nos meios artísticos, políticos e nas próprias Forças Armadas. O assunto acabou na mesa do Presidente da República,

que, após ouvir o governo do Distrito Federal, determinou que os compromissos assumidos fossem honrados e o Memorial JK inaugurado conforme seu projeto original. Juscelino, finalmente, poderá receber as homenagens da cidade que imaginou e construiu.

Ninguém poderia imaginar que, dezoito meses depois, a obra quase pronta, se visse ameaçada de embargo. As mesmas forças que não entenderam JK quando ele promovia a pacificação nacional, anistiava incondicionalmente os golpistas que não queriam dar-lhe posse na Presidência da República, acabava com qualquer tipo de censura à imprensa, arrancava o país de sua letargia e dava-lhe ânimo, personalidade, de repente, quiseram negar à cidade e ao país o direito de homenagear a Juscelino.

A obra, do genial arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, cumpriu todas as exigências formais requeridas para esse tipo de trabalho. O projeto, com todos os seus detalhes, foi submetido ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. No Conselho, o projeto foi distribuído ao superintendente da Terracap, Eni de Castro, um coronel da reserva absolutamente identificado com a revolução de março de 1964. O parecer, favorável, deflagrou a construção da obra.

O terreno onde está o Memorial JK foi doado pelo Governo do Distrito Federal. A Fundação que construiu e ficará de gestora do Memorial foi declarada de utilidade pública, por decreto presidencial. O próprio presidente João Figueiredo contribuiu de seu bolso para o projeto, da mesma forma com que o fizeram outros ministros, autoridades e políticos ligados ao governo. Os governos estaduais votaram verbas para o Memorial. De todos os cantos do país houve manifestações oficiais a favor da obra. O povo não deixou sozinho aquele que soube como ninguém entender e engrandecer o país.

Como todas as obras que trazem a marca da personalidade de JK, também ao Memorial foi estabelecido um prazo curto para sua construção e inauguração. E, igual as outras vezes, o prazo foi cumprido à risca. Na última quinzena, no entanto, as forças de oposição brotaram novamente com força. Olhos insensíveis passaram a ver no monumento principal do Memorial, símbolo internacional do comunismo. A haste de concreto que sustenta a estátua de JK, dependendo da posição solar, projetaria uma sombra igual a uma foice. A estátua, depois de colocada, seria o martelo que estava faltando para completar o símbolo tão temido.

Com essas conclusões na

cabeça deflagraram um movimento para que a obra fosse embargada, a inauguração adiada, o projeto modificado. Rápidos na passagem da teoria à prática esses mesmos setores começaram a pressionar o Governo do Distrito Federal para que acionasse sua Secretaria de Viação e Obras e impedisse a inauguração marcada para este sábado. Fizeram pressões tão fortes que a estátua de JK não subiu no dia combinado.

Invocaram-se razões técnicas para a impossibilidade, mas ninguém conseguiu ocultar a existência de um impasse, com profundas razões políticas em suas origens. Houve a contrapressão. Militares passaram a dar declarações insistentes de que a obra de arte tinha muitas interpretações, de uma boca aberta a uma clave de Fá. Nunca um símbolo comunista. Os setores que pressionavam começaram a recuar diante do bom-senso da maioria e da determinação de dona Sarah em inaugurar o Memorial no dia prometido. O arquiteto Oscar Niemeyer, vítima histórica da intolerância desses grupos, igualmente exigiu um pouco mais de respeito a seu trabalho.

O golpe mortal veio pela palavra incontestável do presidente da República. Ao consultar o governador do Distrito Federal, e dele ouvir um extenso relato sobre a obra e a necessi-

dade de que ela fosse inaugurada como foi projetada e feita, Figueiredo não demorou em decidir: determinou a inauguração do Memorial no dia marcado, como foi construído. A firmeza do presidente selou a sorte dos grupos que queriam negar a JK o direito de ser homenageado na cidade que construiu, pelo povo que sempre esteve a seu lado.

A decisão do presidente Figueiredo recolocou o país no caminho do bom-senso e da tolerância. Afinal, fazer deste país uma Democracia significa, também, conviver com idéias contrárias a quem dirige o país no momento, como fazia Juscelino Kubitschek. Figueiredo resgatou o compromisso assumido pelo GDF.

No auge do impasse sobre o monumento, quando se discutia em todos os níveis o sobe-não-sobe da estátua de Juscelino para o pedestal de concreto, muitas histórias correram o Planalto Central. Uma delas, de uma roda de cangangos, interpretou com fidelidade o sentimento que dominava Brasília: ao saber que havia gente interessada em não permitir a homenagem a JK, entre o espanto e a impotência, um homem humilde, igual aos milhares que vieram para cá ajudar a construir a nova Capital, comentou: essa indignidade não poderá ser cometida contra JK. Se for preciso, a gente faz como muitas vezes fez durante a cons-

trução, junta uma meia-dúzia e sobe a estátua dele no braço.

Como no dia de sua morte, quando tentaram por o caixão de Juscelino num carro de bombeiros, o povo não deixou e, aos gritos de JK vai com o povo, levou-o até o Campo da Esperança. Com tantos sentimentos favoráveis a Juscelino, foi impossível embargar o Memorial. Depois da decisão presidencial, não houve mais nenhum problema técnico. A estátua, de quatro toneladas e meia, subiu normalmente, sem problemas. Com o braço erguido, como a abençoar a cidade que fundou, JK ficaria no ponto mais alto de Brasília, contemplando tudo o que ocorrer no Planalto Central, por ele preconizado como palco das grandes decisões do país.

Depois de inaugurado, o Memorial JK funcionará como museu e estará aberto à visitação pública. Nele, além de objetos pessoais, do arquivo particular e de uma infinidade de documentos e testemunhos pioneiros sobre Brasília, permanecerão em câmara ardente os restos mortais do ex-presidente da República. Após repousar durante cinco anos no Campo da Esperança, onde sempre recebeu homenagens póstumas de pioneiros e viajantes, o corpo de Juscelino Kubitschek terá um novo e definitivo lugar de descanso: o Memorial que a Nação ajudou dona Sarah a construir.